



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 126/2025 – ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SOBRAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2026; E O PROJETO DE LEI Nº 127/2025 - DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE CUSTEIO E INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL PARA O QUADRIÊNIO 2026-2029, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME ART. 50-A DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Aos doze (12) dias do mês de novembro de 2025, às quinze horas e trinta minutos (15h30min), no Plenário 05 de Julho, esteve reunida a Câmara Municipal de Sobral, sob a Presidência do edil Mário Vicktor Linhares Cavalcante, a fim de debater o Projeto de Lei nº 126/2025 – ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SOBRAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2026; E O PROJETO DE LEI Nº 127/2025 - DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE CUSTEIO E INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL PARA O QUADRIÊNIO 2026-2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Estiveram presentes os Vereadores: Micheline Carneiro Ibiapina, Francisco Laerti Carneiro Cavalcante, Francisco Quariguasi da Silva, Antônio José Romano e Mário Vicktor Linhares Cavalcante. **Compareceram os (as) Senhores (as):** Dra. Fernanda Pinho (representante da empresa Meritus Consultoria); Dr. Rodrigo Dias (secretário da Agricultura); Jocélio Paiva, Felipe Matos, Emerson Pinto, Claudia dos Santos, Eduarda Albuquerque, Aline Passos, Márcia Mesquita, João Batista. Dando início aos trabalhos, o Presidente agradece a presença de todos. Seguidamente, é concedida à palavra a Dra. Fernanda Pinho. Imediatamente, explana sobre o que é o PPA. Discorre sobre os objetivos do PPA. Elenca os programas que são atendidos pelo governo municipal de Sobral. Apresenta a relação das unidades orçamentárias. Fica à disposição para esclarecer as dúvidas. Ressalta que foram realizadas cinco audiências públicas com a população para saber quais eram as suas demandas. Seguidamente, o Presidente faculta à palavra a quem queira se pronunciar. Logo após, o edil Dr. Quariguasi afirma que participou das cinco audiências públicas. Explica o que é o PPA. Parabeniza a gestão pela elaboração do PPA. Em seguida, o Sr. João Batista enaltece a importância deste momento. Lamenta não ter ocorrido nenhuma audiência pública no distrito de Jordão. Seguidamente, a Dra. Fernanda Pinho explica que a realização das audiências do PPA, foram regionalizadas, mas que havia o aplicativo PPAFÁCIL, no qual a população poderia apresentar as suas demandas. Ato





contínuo, Dr. Fernando comenta sobre a importância do conselho da pessoa idosa. Sugere que seja destinada uma parcela do orçamento para as casas de apoio à pessoa idosa. Em seguida, a Dra. Fernanda Pinho comenta sobre as políticas voltadas para a pessoa idosa. Esclarece como são realizadas as licitações do município. Seguidamente, o Dr. Victor discorre sobre os planos nacional, estadual e municipal de educação. Afirma que é necessário que os poderes executivos e legislativos considerem o cumprimento das metas dos planos supracitados. Teceu críticas à dificuldade para o financiamento do aluguel social do município. Logo após, Dr. Rodrigo Calzavara comenta sobre o aluguel social para as mulheres vítimas de violência doméstica. Comenta sobre a violência ao idoso. Afirma que o ministério público está à disposição para esta Casa Legislativa. Ato contínuo, o edil Dr. Quariguasi fala sobre as políticas públicas voltadas às pessoas idosas. Seguidamente, a Sra. Márcia Mesquita explica o que é o PPA. Afirma que todos os territórios devem ter suas demandas ouvidas, mesmo com a existência do aplicativo. Ressalta a necessidade de diminuir a distância desta Casa com a população. Diz que falta inter-setorialidade no município. Enaltece que é hora de a população falar. Comenta sobre o centro idoso no bairro Sumaré. Salienta que as questões territoriais precisam acabar. Logo após, a Sra. Cláudia Costa comenta sobre inter-setorialidade, conselho do idoso, deficiência alimentar e sobre criança e adolescente. Frisa a importância da secretaria do desenvolvimento humano. Menciona o fundo municipal de assistência social. Teceu críticas à invisibilidade das políticas da assistência social. Em seguida, a Sra. Eduarda Albuquerque fala sobre a importância do conselho da pessoa com deficiência. Discorre sobre a importância das políticas públicas para a pessoa com deficiência. Comenta sobre acessibilidade aos deficientes. Solicita que o orçamento seja, também, direcionado para a causa dos deficientes. Logo após, o vereador Dr. Quariguasi afirma que há limitações legais para atender as demandas supramencionadas. Ato contínuo, a Sra. Márcia Mesquita afirma que é necessário consolidar as políticas públicas. Salienta que é necessário assumir o compromisso com a população. Ressalta que o PPA é mais que números a serem apresentados. O edil Dr. Quariguasi diz que está audiência pública é para ouvir as demandas da população. Reforça que o município tem um problema, o qual é a questão financeira. Em seguida, a Dra. Fernanda Pinho reforça que é necessário avaliar primeiros os números, pois há um limite de arrecadação. Salienta que não pode prever uma receita maior do que o município recebe. Informa que calcula a receita a partir dos números, considerando: PIB, inflação e plano de





governo. Salienta que todas as demandas populares foram acolhidas. Seguidamente, o Sr. Davi Teixeira discorre sobre a manutenção do conselho da pessoa com deficiência. Teceu críticas à acessibilidade do Plenário 05 de Julho. Ato contínuo, a Dra. Fernanda Pinho apresenta o Projeto de Lei nº 126/2025. Comenta sobre estimativa de receita e fixação de despesa; orçamento fiscal e seguridade social; projeção de receita para 2026; despesa por categoria econômica; importância do orçamento municipal; transparência e controle social; mecanismos e benefícios da transparência. Seguidamente, o Presidente faculta à palavra a quem queira se pronunciar. Logo após, o Sr. Jocélio Paiva fala sobre o reajuste dos servidores municipais. Com a palavra, o edil Dr. Quariguasi enaltece a importância desta audiência pública. Discorre sobre o recurso vinculado da educação e saúde. Analisa o Art. 6, do Projeto de Lei nº 126/2025. Comenta sobre despesa de capital, antecipação de receita e excesso de arrecadação. Em seguida, o Dr. Ênio Filho indaga o que compete juízo de valor para suplementação de crédito. Ato contínuo, a Dra. Fernanda Pinho afirma que a constituição federal não concede crédito ilimitado. Informa que todo este projeto de lei foi baseado na lei de responsabilidade fiscal. Esclarece sobre excesso de arrecadação e superávit. Ressalta que operação de crédito só é concedida com lei específica. Logo após, o Presidente Mário Vicktor agradece a participação de todos. Frisa que o prazo de emendas passa a ser contado a partir de amanhã. Informa que na próxima sexta-feira o Projeto de Lei nº 126/2025 (LOA), será analisado pela Comissão de Finanças, Justiça e Redação. Comunica que o Projeto de Lei nº 127/2025 (PPA), será analisado pela comissão supramencionada, somente, na próxima semana. Finalizando, foram feitos os agradecimentos pelos valiosos esclarecimentos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos da presente Audiência Pública. Para constar, esta Ata foi lavrada e, após lida e achada conforme, será assinada por todos que queiram registrar seus nomes nos anais desta Casa Legislativa.





CÂMARA MUNICIPAL DE

SOBRAL

Lista de presença

Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 126/2025 e o Projeto de Lei 127/2025.

Michelle Carneiro Ibiapina
Francisco Ibiapina
Ricardo F. R. Almeida
Márcio Francisco da Silva
João Roberto Silva Cruz
F. MEYKELE AMARAL GOMES
Gilcebe Silva Riva
Benedicta Costa Teixeira
Kátia Lima Silva
F. M. M.
Cláudia dos Santos Costa
Aline dos Santos Passos
Osmar Pinheiro da Silva
Alteia de Almeida Silva Mesquita - CMDCA.
Karl Aleijay Al. Aleijay
Mara Victor Lima Cavalcante

